

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G.  
**Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

**Rafael Rossi<sup>1</sup>**

*rafaelrossi6789@hotmail.com*

A obra intitulada: “Dicionário da Educação do Campo” se trata de um esforço coletivo, cuja elaboração contou com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, a Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao todo são 107 pesquisadores ligados à luta pela terra que contribuem em formar os 113 conceitos/verbetes relacionados à Educação do Campo. Os organizadores afirmam que o objetivo deste livro é esclarecer algumas categorias e conceitos que permitem entender a Educação do Campo como um esforço dos movimentos sociais de luta pela terra como uma educação condizente com o território camponês que habitam e labutam.

A luta pela terra vem sendo historicamente marcada por uma luta de classes em nosso país. Podemos perceber desde o período colonial, através das capitânicas hereditárias e da doação de sesmarias pela Coroa, a concentração da propriedade da terra, sendo atribuída ao caso brasileiro a existência de uma das maiores propriedades de terra do mundo, uma área de cerca de 300 mil km<sup>2</sup> de extensão, o que equivale a três vezes a extensão de Portugal, de acordo com o escrito no verbete: “Legitimidade da Luta pela Terra” de autoria do Juiz Federal do Rio de Janeiro: José Carlos Garcia.

O campo aparece como elemento central na obra: como disputa pelos movimentos sociais (em que também está presente a luta pelo acesso à educação) e o capital empreendido sob a lógica de concentração fundiária e de renda. O primeiro se territorializa no campo como estratégia de resistência a um processo que pretende sua aniquilação e a homogeneização do campo, já o segundo defende a monocultura, a exploração do trabalhador, o uso massivo de agrotóxicos, a exploração dos recursos naturais etc. Queremos dizer: o território do campo aparece como disputa e, também, como uma lógica de territorialização de práticas libertárias e democráticas a partir do embate empreendido pelos movimentos socioterritoriais como o MST e a expansão do capital, expressando a luta de classes, perpassando questões e delineamentos mais amplos de forte influência e conotação educativa/popular. Nesse aspecto percebe-se a importância do objetivo deste dicionário em fornecer as bases para compreender esse processo

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela FCT/UNESP campus de Presidente Prudente. Membro do CEMESPP e do GEPEP.

educativo, explicitá-lo, desvendá-lo e analisá-lo, a fim de ampliar o entendimento teórico e prático condizente às políticas públicas educacionais do campo, reconhecendo este como um território e não simplesmente como lugar da agroindústria e do agrohidronegócio.

Consideramos relevante afirmar com relação à educação do campo, que estamos nos referindo ao campo do camponês, por isso a escolha “do campo” e não “no campo” visto que este se configura como ponto de partida e chegada em nosso entendimento. Tal afirmativa pode ser apreendida em vários verbetes que compõem o dicionário, como por exemplo, na definição de: “território camponês” escrito pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Os organizadores chamam a atenção para o fato de que a “porta de entrada” da Educação do Campo foi a luta em busca da Reforma Agrária, trazendo os movimentos sociais como protagonistas do embate de classe rumo à luta pela terra e também à educação.

O senso de construção e permanência da coletividade na pedagogia da práxis (teoria e prática combinadas) que o MST ao longo de sua história põe em movimento, também é abordado, em razão do destaque que ganha o processo educativo na luta pela Reforma Agrária. Acreditamos que tais processos se manifestam já que esse movimento social aprendeu em sua formação o valor e a importância da união. Cada sujeito/militante ao assimilar a identidade Sem Terra em sentido *latu sensu*, se preocupando não somente com as necessidades de sua família e seu assentamento, mas sim, transbordando essa ajuda recíproca e essas ligações com todos os pontos espalhados pelo território nacional em que se encontra o MST, conquista a identidade Sem Terra. Essa discussão é passível de ser apreendida pelo significado que extrapolam os conceitos/verbetes e que nos ajudam na construção por um entendimento mais amplo de campo, pedagogia da terra, reforma agrária e outros; ou seja, a leitura desta obra amplia nossos horizontes de análise e interpretação à cerca dos temas de conflitualidade camponesa.

É destacado no livro o caráter de projeto que o pertencimento a esse movimento social (o MST) proporciona em seus membros. Outro aspecto diz respeito às manifestações por meio das ocupações de terra, sendo que esses dois pontos são importantes de se atentar em razão do forte caráter educativo presente em tais práticas. Se por um lado as ocupações representam uma manifestação coletiva pacífica do movimento, onde a vontade é se fazer “ouvir” e ser inserido no círculo comumente hermético de elaboração das políticas públicas da reforma agrária, por outro lado esta prática é justamente um dos condicionantes necessários que promovem a construção da identidade *Sem Terra*. Isto quer dizer que ações empreendidas com um objetivo partilhado de maneira comum, baseado em um projeto societário com justiça social àqueles que foram compulsoriamente expulsos do campo, contribui de maneira relevante ao processo educativo

emancipatório, que por meio da análise vivida e refletida do processo de conflitualidade no campo, almeja patamares democráticos mais efetivos e menos efêmeros.

Pensar essa modalidade de ensino (a Educação do Campo) significa pensar os conflitos imanentes e estruturais do modo capitalista de produção, ou seja, significa questionar, desconstruir, propor e lutar em um caminho onde a esperança do respeito à dignidade de centenas de homens e mulheres, crianças, jovens e idosos se faça totalmente plausível, urgente e necessária. Os escritos desta obra aqui em debate contribuem no entendimento dos desafios às políticas públicas de educação do campo, aceitando e respeitando as famílias de trabalhadores que lá residem e possuem vínculos históricos com este território. O conceito de território é de fundamental importância nessa discussão, pois o campo deve ser respeitado e encarado como território de vários sujeitos, com seu direito constitucional à educação que contemple e valorize seus conhecimentos, culturas e tradições. Nesse quesito reside também a ligação intrínseca entre a educação popular e a educação do campo, visto que ambas representam anseios contra hegemônicos de resistência. Teoricamente esta luta também convida à reflexão por procedimentos metodológicos capazes de analisar tais políticas públicas em seu processo de implementação e elaboração nas diferentes regiões do país, instigando também à promoção de discussões que contemplem essa modalidade de ensino em seu processo de territorialização, ou seja, em seu fluxo materializado onde, mais uma vez, os conflitos tornam-se presentes e necessários de serem desvendados e explicitados.

A educação do campo traz consigo a perspectiva de determinado grupo social, no caso em análise os camponeses, em consonância com seus interesses sociais, políticos e culturais. Esta dinâmica se articula diretamente às lutas e os conflitos empreendidos contra os interesses de grupos privados que amparados pela conivência estatal empreendem desesperadamente projetos educativos tecnológicos de profissionalização, em que a preocupação norteadora é a qualificação técnica no manuseio de máquinas e equipamentos em seu dia-a-dia nas diversas usinas e fazendas inseridas na lógica de concentração fundiária e de renda, nas quais o processo de mecanização da lavoura já se encontra em estágio avançado. Esse tipo de educação tenta “adestrar tecnicamente” os trabalhadores rurais, disseminando através da ideologia dominante presente em mídias tendenciosas a imagem, a máscara e o véu de “inclusão educacional e geração de renda”, sendo que na realidade maximizam em níveis exponenciais a exploração dos camponeses e a sua subordinação. A educação do campo entra em conflito direto com esse racionalismo educacional imperialista, uma vez que defende a emancipação, a reflexão, a práxis, a crítica e a formação humana e não sua aniquilação alienadora.

Consideramos a presente obra um referencial teórico importante de ser levado em consideração no que se refere à análise que pretenda entender de maneira mais ampla a luta pela educação, inserida por sua vez, na luta pela terra. Esse processo inevitavelmente envolve a luta de classes que por meio da abordagem crítica do presente livro enriquece a leitura e instiga a reflexão preocupada com os interesses da classe trabalhadora camponesa, em seu cotidiano territorializado.